

PUBLICADO EDITAL DAS ELEIÇÕES PARA A ESCOLHA DE NOVA DIRETORIA DO SINDIPETRO/SJC

O edital para as eleições da nova diretoria e Conselho Fiscal do Sindipetro/SJC para a gestão do período 2019-2022 foi publicado em jornal de grande circulação terça-feira, 8, e segue também nesta edição do Tocha.

O prazo para a inscrição das chapas começou no dia 9 e vai até o dia 23 de janeiro, sempre das 8h às 17h, na Secretaria do Sindicato (Rua das Azaléas, 57, Jardim Motorama). Para votar e ser votado é necessário estar associado a no mínimo 6 meses antes da data prevista para realização das eleições, ou seja, filiados até 19 de agosto de 2018.

A divulgação das chapas protocoladas e registradas será no dia 25 de janeiro, um dia após o término do período de inscrições.

As eleições estão previstas para ocorrer entre os dias 19 e 22 de fevereiro, com urnas disponíveis durante todo o dia, na sede da entidade e na Revap (Refinaria Henrique Lage) em horários específicos, conforme descrito no edital.

Fique de olho! Participe e acompanhe o processo eleitoral de sua entidade.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente EDITAL, fazemos a saber que nos dias 19, 20, 21 e 22 de fevereiro de 2019, no horário das 08h00 às 17h30, na sede desta entidade, sito a Rua das Azaléas, 57, Jardim Motorama, São José dos Campos e na Refinaria Henrique Lage, situada a Rodovia Presidente Dutra, Km 147, Jardim Diamante, nesta cidade, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2019, das 05h30 às 16h30, e nos dias, 21 de fevereiro de 2019, das 06h30 às 16h30 e 22 de fevereiro de 2019, das 06h30 às 17h00, será realizada a eleição para composição da DIRETORIA E CONSELHO FISCAL do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refino de Petróleo de São José dos Campos e Região, ficando aberto o prazo de 15 (quinze) dias para o registro de chapas que ocorrerá a contar da data da publicação deste edital. O requerimento acompanhado de ficha de qualificação do candidato exigido para o registro será dirigido ao presidente da entidade podendo ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A Secretaria da entidade funcionará no período de 09/01/2019 a 23/01/2019, destinado ao registro de chapas de segunda à sexta feira, no horário das 08h00 às 17h00, onde os interessados encontrarão a disposição pessoa habilitada para o atendimento de prestação concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação (requerimento e ficha de qualificação) e fornecimento do correspondente recibo. A impugnação da candidatura deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação da relação das chapas protocoladas e registradas, que se dará após o prazo das inscrições, no dia 24 de janeiro com início de contagem no dia 25 de janeiro de 2019. Caso não obtenha quórum em primeira convocação, a eleição em segunda convocação com qualquer número de votos será realizada nos dias 25, 26, 27 e 28 de fevereiro e se houver mais de duas chapas e nenhuma delas obter 50% mais 1, haverá segundo turno entre as duas mais votadas nos dias 19, 20, 21 e 22 de março de 2019 e no caso de empate ocorrerá nova eleição nos dias 27, 28, 29 e 30 de março de 2019, nos mesmos horários e locais supracitados.

São José dos Campos, 08 de janeiro de 2019.

RAFAEL DE PAULA PRADO ALVARELLI

Presidente

SEMINÁRIO SOBRE A PETROS

Vamos esclarecer a proposta alternativa construída pelas entidades e o Plano Petros 3, que é o mais novo ataque da empresa.

PLENÁRIA UMA SAÍDA PARA O PPSP DA PETROS

24/JAN - 17h
Rua das Azaleas, 57
Jd. Motorama
São José dos Campos/SP



TOCHA



ELEIÇÃO SINDICAL: TRABALHADORES IRÃO ÀS URNAS ESCOLHER A NOVA DIRETORIA DO SINDIPETRO/SJC

COMEÇA O GOVERNO BOLSONARO	Pág. 2
CASTELLO BRANCO TOMA POSSE NA PETROBRÁS	Pág. 3
“GESTÃO DE PESSOAS” RETIRA PROPOSTA DE REGRAMENTO DA PLR DA MESA	Pág. 3
PUBLICADO EDITAL DAS ELEIÇÕES PARA A ESCOLHA DE NOVA DIRETORIA DO SINDIPETRO/SJC	Pág. 4
SEMINÁRIO SOBRE PETROS	Pág. 4

COMEÇA O GOVERNO BOLSONARO

O Brasil é socialista. Na posse, Bolsonaro prometeu mudar isso. (pausa para respirar) Michele Bolsonaro fez discurso em libras. Projeto de lei de Maria do Rosário (PT/RS) regulamentou, em 2010, a profissão de tradutor e intérprete de Libras. Bolsonaro e seu filho, Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) votaram contra. Outro filho, Flávio, protagoniza escândalo de confisco de salário de assessores.

Gabinetes de oito deputados da oposição são invadidos durante a posse. A justificativa: era para a segurança do presidente.

Fim dos ministérios da Cultura, Esporte e Trabalho e esvaziamento do ministério do Meio Ambiente. Nove dos 22 ministros empossados são investigados ou réus em ações judiciais. A lista vai do caixa 2 confesso por Onyx Lorenzoni (DEM) a improbidade administrativa de Ricardo Salles (Meio Ambiente). Alguns processos caducaram, caso de Marcos Pontes (investigado por descumprir o código militar de oficiais quanto à atividades comerciais), outros devem ir à julgamento em pleno exercício do poder.

Jair Bolsonaro coloca as demarcações de terras sob o comando do Ministério da Agricultura, agora sob o controle da Frente Parlamentar da Agropecuária e da União Democrática Ruralista. A FUNAI foi esvaziada. O reconhecimento de 232 territórios indígenas está em risco. Outros territórios podem ser extintos.

Ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), investigada por discriminação e difamação contra os povos indígenas, polemiza costumes e desvia o foco de debates econômicos e do laranja.

No mesmo dia, Bolsonaro anuncia projeto de reforma da Previdência com idade mínima obrigatória de homens aos 62 e mulheres aos 57. Ainda mais grave, anuncia ao Sistema Bolsonaro de Televisão (SBT) planos para o fim da Justiça do Trabalho, instituição que cobra o recolhimento dos patrões ao INSS, fiscaliza os direitos básicos, como:

insalubridade, periculosidade, pontos que refletem na concessão da aposentaria.

PSL anuncia apoio à permanência de Rodrigo Maia (DEM/RJ) na presidência da Câmara. Maia já havia dito na reforma trabalhista que queria o fim da Justiça do Trabalho.

O aprofundamento da reforma trabalhista junto com o fim do ministério do Trabalho representa a liberação da escravidão, a queda do trabalho com registro em carteira, do recolhimento do INSS e o fim da aposentadoria. Isso abrirá as portas para o projeto de capitalização da previdência, que é o plano de Paulo Guedes, ministro da economia de Bolsonaro.

Paulo Guedes anuncia privatização de “tudo o que for possível” para acabar com “a influencia do Estado na economia”.

Bolsonaro anuncia que pode facilitar a posse (ter em casa) de arma por decreto. Ações da Taurus agradecem.

Governo ameaça MST e ignora que movimento é o maior produtor de orgânicos do país.

E isso tudo em apenas uma semana de governo. Será preciso resistir! Vai ter luta!



CASTELLO BRANCO TOMA POSSE NA PETROBRÁS

É entreguismo! É antinacionalismo! É servilismo ao mercado! O discurso de posse do novo presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, foi contra a empresa do começo ao fim. Ele opinou que a Petrobrás leva vantagem no mercado por causa de “monopólio” e trabalhará para que ela tenha mais concorrência, principalmente no setor de refino. Ou seja, é caso único no mundo de um presidente de uma companhia que atira contra a própria empresa porque acha errado ela liderar o mercado. Ele se coloca contra a Petrobrás como empresa integrada de energia do poço ao posto e reforça o caráter mercadológico de sua atuação, tal qual os últimos presidentes da companhia.

A linha de defesa de Castello Branco é que a privatização de mais ativos beneficiaria o consumidor. “Se nós tivermos um único produtor, não será bom para o consumidor”, disse Castello Branco, ignorando todo o histórico de pesquisa e desenvolvimento da

Petrobrás.

Apesar de usar o consumidor como lastro, Castello Branco endossa a ligação dos preços dos combustíveis à cotação internacional, o que já se mostrou uma política de precificação equivocada e resultou na greve dos caminhoneiros, em 2018.

O discurso de posse de Castello Branco foi acompanhado pelo diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP), Décio Odone, pelo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Todos afinados no plano de restringir a atuação da Petrobrás à exploração de campos em águas profundas e ultraprofundas. Como manda o entreguismo, depois de descobrir e viabilizar a exploração dos campos de petróleo e gás, entregá-las para as petroleiras estrangeiras.



“GESTÃO DE PESSOAS” RETIRA PROPOSTA DE REGRAMENTO DA PLR DA MESA

A nova “gestão de pessoas” da Petrobrás começou muito mal. Em sua primeira negociação, ignorou a lei, os sindicatos, a força de trabalho e preferiu “bater continência” para um órgão administrativo do governo. A proposta de regramento de PLR, que significava retrocesso em relação ao atual, foi unilateralmente retirada pela empresa, em um ofício (Ofício GP/ERGP/RE/CRS 50.028/2018 - Regramento de PLR) enviado às 16h26, da sexta-feira, 28, ou seja, apenas quatro minutos antes do fim do expediente e na véspera do feriado de fim de ano.

No ofício, a empresa afirma que nos enviou proposta no dia 7 de dezembro quando, na verdade, a minuta completa chegou no dia 10 e ainda houve uma alteração da proposta no dia 21 de dezembro. A FNP e seus sindicatos também enviaram ofício, no dia 10, solicitando simulação dos anos anteriores

considerando os indicadores propostos. A empresa não nos forneceu e apresentou esses dados apenas no dia 27 de dezembro.

Além disso, 2018 foi um ano sem negociação de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). No ACT vigente, estava previsto negociação de novos indicadores para o regramento de PLR ainda em janeiro de 2018. A empresa chamou para uma primeira rodada, ainda sem nenhuma proposta definida, somente em novembro.

Na nossa avaliação, cabe a empresa defender os interesses de seus empregados, negociar o regramento de maneira transparente e se manifestar junto ao governo para fazer valer a lei. Enviamos um ofício no dia 3, solicitando a reabertura das negociações.

Exigimos respeito!